

## O DISCURSO RELIGIOSO

Antonio Carlos Lopes Petean (UFOP e USP)

[acpetean@usp.br](mailto:acpetean@usp.br)

### RESUMO

Este artigo pretende mostrar a definição de discurso religioso proposto pela professora Eni Pucinelli Orlandi, enquanto um tipo de discurso autoritário baseado na contenção da reversibilidade. Entendendo a reversibilidade como traço comum a todo tipo de discurso.

**Palavras-chave:** Discurso autoritário; Discurso religioso; Reversibilidade.

Orlandi (1996) distingue três tipos de discursos, o discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário. O critério adotado para a distinção desses discursos é a relação entre o referente (objeto do discurso) e os interlocutores (locutor e ouvinte). Diz ainda Orlandi, que:

Nesse sentido, podemos caracterizar os três tipos de discursos da seguinte maneira: o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida. (ORLANDI, 1996: 15)

E nessa distinção é fundamental a noção de reversibilidade. Diz ainda a autora que, pela noção de reversibilidade, não se pode fixar o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. Daí, que ao serem afetados pelo simbólico da língua, eles podem perfeitamente transpor o seu lugar de origem.

Quanto à dinâmica própria a cada discurso a partir da noção de reversibilidade podemos dizer, tomando as palavras de Orlandi (1996), que o polêmico a realiza sob certas condições, o lúdico pode suspendê-la e o autoritário busca anular essa possibilidade. No discurso autoritário, o ouvinte e o locutor são de tal forma capturados

pela palavra que a reversibilidade é estancada. Como tipos de discursos autoritários temos o discurso pedagógico e o discurso religioso.

Como podemos observar, todos os tipos de discursos propostos possuem como parâmetro a noção de reversibilidade e, como diz Orlandi (1996: 240), “Em se tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso”.

O objeto desse artigo, o discurso religioso, busca estancar a polissemia, impedindo a reversibilidade. Impedir a reversibilidade é, como foi dito, congelar o locutor no lugar que lhe é de direito, e congelar o ouvinte, também, no lugar que lhe é de direito e dever.

Althusser (2001) afirma que Deus interpela seu sujeito em sujeito cristão e que, portanto, se existe uma multidão de sujeitos cristãos é porque existe o todo poderoso (Deus) que assujeitou indivíduos livres em sujeitos cristãos.

O autor afirma ainda que o sujeito único e absoluto (Deus) é distinto dos sujeitos interpelados e que o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus. A voz do padre, do pastor ou pregador é a voz de Deus. Daí termos os “representantes de Deus na terra” como seus interlocutores-interpelados. Apaga-se, desse modo, qualquer possibilidade de um sujeito-leitor (das escrituras).

Orlandi (1996: 245) nos diz que:

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma (...) Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus, é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias.

Tomando o discurso como materialidade ideológica cujo objetivo é capturar o indivíduo livre e assujeitá-lo a um poder superior, pode-se afirmar que o indivíduo livre é interpelado por Deus para que livremente aceite sua coerção a um poder superior (ele próprio, Deus, é o poder superior), conforme escreve Orlandi (1996).

Para entender melhor esse processo discursivo que impede a reversibilidade é fundamental a distinção entre os lugares sociais no discurso religioso. O lugar social de Deus é o espiritual e o lugar dos

sujeitos-cristãos interpelados é o plano material. Orlandi (1996: 243) afirma que:

Locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetados por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todopoderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens.

Esse reconhecimento do lugar de Deus e dos humanos (sujeitos-cristãos) é um dos efeitos de sentido do discurso religioso. O enunciado: “No principio era o verbo e o verbo estava junto de Deus e o verbo era Deus. Todas as coisas foram feitas pelo verbo e sem ele nada foi feito”, comporta uma cosmologia cujo efeito é o reconhecimento, por parte do homem, interpelado, de que existe um poder que lhe é superior e ao qual ele deve se submeter.

Para Orlandi (1996), esse reconhecimento enquanto efeito de sentido, por parte do sujeito-cristão, torna-se consensual na comunidade à qual ele (sujeito) pertence. O consenso só pode ser entendido se reconhecermos o poder simbólico das palavras e que as palavras não falam por si mesmas, mas falam pelos homens que as utilizam e cujo uso se insere nas relações sociais, que são relações de poder entre os homens. Orlandi toma uma palavra para demonstrar sua tese. A palavra “sério” é utilizada pela autora para nos mostrar a função simbólica da palavra do ponto de vista ideológico.

Orlandi (1996: 266) destaca que:

É muito freqüente o fato de que as pessoas se digam sérias. Essa é uma categoria que passou a ser enunciada de forma insistente no mundo acadêmico e, uma vez que se supõe que todo trabalho deve ser sério, nos perguntamos qual o sentido dessa insistência em se enunciar a seriedade.

Ainda, segundo Orlandi (1996: 266):

As regras de funcionamento desse dizer podem indicar uma resposta. Observemos algumas dessas regras: 1) É preciso que o enunciatador não se refira diretamente à própria seriedade, ou seja, não se diz “eu sou sério”; 2) É tolerável dizer da seriedade do próprio trabalho “meu trabalho é serio”

Esse funcionamento discursivo possui, como efeito de sentido, a respeitabilidade a partir do reconhecimento por parte do ouvinte,

te, da seriedade do trabalho do locutor. Reconhecer a seriedade do enunciador é o que norteia esse funcionamento discursivo.

É possível encontrar, na formação discursiva religiosa, uma palavra que possui a mesma função da palavra “sério” no discurso acadêmico. É a palavra, Poder. Os enunciados “Deus tem poder”, “o poder da palavra de Deus” e “o poder de Deus” (comuns nos discursos dos neopentecostais), garantem o efeito de sentido no discurso religioso. Fica garantido o reconhecimento, por parte do ouvinte, da existência de um poder superior a ele e ao qual ele deve se submeter. Diante desse poder o homem reconhece sua nulidade, reconhece não ser mais que uma criatura (Eliade, 2001). O poder, reconhecido e, assim constituído, situa-se, na formação discursiva religiosa, no lado do plano espiritual (Deus). Os ouvintes reconhecem o enunciador (Deus) como aquele que os nomeou e criou, e perante o qual devem se submeter. Dessa forma fica, garantida a contenção da polissemia, portanto, a não-reversibilidade na formação discursiva religiosa.

Portanto, o discurso religioso é aquele onde o efeito é a total submissão do sujeito-cristão a forças que lhe são superiores. O sujeito reconhece o seu lugar e o lugar de Deus. O reconhecimento nesse caso equivale à não reversibilidade. E instala-se a idéia do bom sujeito, ou seja, o sujeito submisso à ordem divina e ao “Todo Poderoso”.

Nesse discurso, a reversibilidade é impossibilitada pelos lugares sociais ocupados pelos interlocutores. A relação entre o locutor (Deus) e os ouvintes (os homens, os sujeitos) se faz através da fé e da graça, obra do poder de Deus. A fé é a possibilidade que o homem tem de alcançar a graça e a salvação da alma. Ela reforça a assimetria entre Deus e os homens. Como diz Orlandi (1996: 250):

Interpretando-se a fé com referência à assimetria, podemos dizer que a fé não a elimina, isto é, não é capaz de modificar a relação de não-reversibilidade do discurso religioso: a fé é uma graça recebida de Deus pelo homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus.

A fé distingue os fiéis dos não-fiéis, ela permite o reconhecimento mútuo entre os sujeitos, os irmãos da fé. Ela é um meio para definir o incluído do excluído, os que pertencem à comunidade dos que dela estão fora. A fé comprova a não-reversibilidade. Mas, para

que o discurso se realize, é necessária a reversibilidade ou a sua ilusão, sem a qual o discurso não se realiza (Orlandi, 1996).

A ilusão da reversibilidade é a possibilidade de não fixarmos o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. No discurso religioso seria a possibilidade de passarmos do plano espiritual para o temporal ou vice-versa. Dessa forma, como nos diz Orlandi (1996), a ilusão pode ter duas formas: quando Deus divide com os homens suas propriedades (através da graça), ou quando o homem se alça até o mundo espiritual.

Mas o caso que mais nos interessa é quando Deus partilha com os homens seus dons divinos, quando ele desce até o plano temporal para conceder suas qualidades. Sobre isso, Orlandi (1996: 251) diz que:

... O movimento de cima para baixo, aquele em que Deus desce até os homens e partilha com eles suas qualidades divinas, é o caso em que se consideram as formas religiosas em seu caráter performativo: a infalibilidade do papa, a possibilidade de ministrar sacramentos, a consagração na missa, as bênçãos, etc. Aí estão: o papa, os Bispos, os padres, etc.

Nesse caso, o homem crê que atingiu qualidades atemporais, como a onisciência e a onipotência. Vários relatos de profecias atestam essa ultrapassagem, assim como atos de cura e exorcismo. Muitos pastores das igrejas evangélicas pentecostais, assim como padres ligados a Renovação Carismática católica, situam-se nesse modelo.

O poder da palavra na religião è evidente. O mecanismo da performatividade atesta esse poder de forma clara. A performatividade da linguagem está ligada a uma visão da linguagem como ação. (ORLANDI, 1996: 252)

Seja qual for a forma que adquire a ilusão, ela se dá dentro de certas regras pré-estabelecidas pelo locutor, pela hierarquia social e pela situação histórica. Ela confirma a dissimetria entre sujeitos falantes. Daí muitos traços serem comuns a vários discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

———. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2001.